

Se retirar direitos, é greve

A conta do desmonte em 2017:

- 1** Entre janeiro e setembro, os bancos já receberam R\$ 108 bilhões em pagamento de juros e amortização da dívida.
- 2** Os investimentos da Petrobrás encolheram R\$ 33,4 bilhões (19% a menos que o mesmo período de 2016).
- 3** Os cortes de direitos propostos pela empresa reduzirão em pelo menos R\$ 800 milhões a folha de pagamento, além dos cerca de R\$ 4 bilhões que os gestores já economizaram desde 2015 cortando 'custos' com trabalhadores.

Indicativos às assembleias:

- 1** Em caso de qualquer redução de direitos, como descritos e consagrados pelo ACT 2015/2017, fica pré-aprovada a greve por tempo indeterminado, com data de início a ser definida pela FUP.
- 2** A conclusão do ACT deverá contemplar os trabalhadores da Petrobrás e de todas as subsidiárias, inclusive a Araucária Nitrogenados, com renovação e validade por dois anos, contemplando também o termo aditivo, com as salvaguardas à contrarreforma trabalhista.

Após dois dias de debates em Curitiba, o Conselho Deliberativo da FUP definiu um amplo calendário de lutas contra o desmonte do Acordo Coletivo, culminando com uma greve por tempo indeterminado, com data a ser definida pela Federação, caso a Petrobrás insista em retirar direitos da categoria. A partir de segunda-feira, 20, os sindicatos iniciam as assembleias com grandes mobilizações em todas as bases da empresa, para que os trabalhadores respondam à altura aos ataques da gestão Pedro Parente.

Os drásticos cortes que vem promovendo às custas do fechamento de 18 mil postos de trabalho promovido pelos PIDVs e da retirada de direitos fazem parte do mesmo pacote de privatizações e de desinvestimentos que beneficia o mercado e as empresas que concorrem diretamente com a Petrobrás. Enquanto os trabalhadores e a nação brasileira sofrem as consequências deste desmonte, os banqueiros se refastelam com os R\$ 108 bilhões que receberam este ano de Parente em amortizações de parte da dívida e pagamento de juros, sendo que R\$ 40 bilhões só no último trimestre.

A riqueza que geramos com o nosso trabalho já está sendo transferida a toque de caixa para o sistema financeiro, quando deveria gerar valor para a sociedade, através de uma política de desenvolvimento e industrialização. A gestão golpista que se apropriou da Petrobrás quer mais sacrifícios dos trabalhadores e agora mira no Acordo Coletivo, propondo retirada de direitos históricos para que gere mais caixa para os banqueiros e facilite a privatização das unidades. Só a mudança na remuneração das horas extras significará R\$ 337 milhões a mais de "economia" para a empresa, às custas de redução de direitos.

A categoria já está vem sendo submetida a condições de trabalho cada vez mais precárias, exposta aos riscos diários de um acidente de grandes proporções, como já acontece em várias refinarias. Não podemos abrir brechas que coloquem em risco o Acordo Coletivo. Por isso, é fundamental que os petroleiros participem ativamente das assembleias e mobilizações que começam esta segunda e aprovevem massivamente a greve por tempo indeterminado, caso a Petrobrás insista na retirada de direitos. Nossas conquistas vêm do nosso movimento. O ACT, portanto, terá o tamanho da nossa luta.